



## SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EQUIDADE VERSUS DESIGUALDADES SOCIAIS

Carla Munique Aparecida Garda (apresentadora)<sup>1</sup>  
Gilson Luís Voloski<sup>2</sup>

**Resumo:** As reflexões deste texto são resultado de uma atividade de ensino desenvolvida no componente curricular Novas fronteiras dos Direitos Humanos do curso de Pós-graduação em Direitos Humanos, em 2018, quando solicitou-se aos acadêmicos a elaboração de um ensaio textual, tendo por tema geral: as contribuições conceituais da Bioética para pensar os desafios atuais dos Direitos Humanos. De caráter qualitativo, a metodologia ensaística consistiu na tentativa de pensar autonomamente um problema do tempo presente a partir da mediação de um conceito da Bioética. Neste texto, a delimitação do tema centrou-se sobre a Segurança Alimentar e Nutricional tendo por referência o conceito de justiça como equidade. A alimentação é um dos requisitos mais básicos da vida, por isso todos os indivíduos possuem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Entretanto, a desigualdade social brasileira é um grande empecilho à garantia dos direitos humanos, entre eles, ao da alimentação adequada. O argumento de que há falta de produção de alimentos em quantidade suficiente para todos não se sustenta como justificativa, pois observa-se um enorme desperdício de alimentos em determinados locais, enquanto que em outros não se têm o mínimo para saciar a fome. Mesmo o Brasil sendo um dos principais produtores de alimento do mundo, há muitas pessoas vítimas de uma alimentação inadequada, portanto, o problema está de fato no acesso físico ao alimento, geralmente, pela falta de recursos financeiros. Para o pensador John Rawls, uma sociedade somente seria justa se contemplasse dois requisitos: igualdade de oportunidade a todos em condições de igualdade plena e se os benefícios fossem distribuídos, preferencialmente, aos integrantes menos privilegiados da sociedade, ou seja, de maneira equitativa, considerando as particularidades de cada indivíduo. Tais requisitos são propostos como critérios para a justiça das instituições sociais, regulando a distribuição de direitos e bens sociais. Diante disso, é de suma importância refletir sobre os desdobramentos que a desigualdade social pode ocasionar no âmbito alimentar e nutricional, bem como o papel fundamental do Estado promover políticas públicas, entre outras, da saúde preventiva, especialmente aos mais vulneráveis da sociedade, numa perspectiva de justiça social equitativa. Nesta perspectiva, uma experiência significativa é o

---

<sup>1</sup> Graduada em Nutrição e pós-graduanda do Curso em Direitos Humanos, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Realeza, contato: [muniquegarda@gmail.com](mailto:muniquegarda@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Doutor em Educação, UFFS, Campus Realeza, contato: [gilson.voloski@uffs.edu.br](mailto:gilson.voloski@uffs.edu.br).



Programa Bolsa Família, pois pesquisas revelam que o mesmo pode colaborar na alimentação das famílias beneficiárias. Considerando o princípio bioético da justiça como equidade, faz-se necessário o estabelecimento de estratégias com objetivo de corrigir as desigualdades existentes e contribuir assim para a efetivação do DHAA e colaborar para a Segurança Alimentar e Nutricional.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Alimentação Adequada. Política Públicas.